

SISTEMA FAEP



BOLETIM

INFORMATIVO

A revista do Sistema

Ano XXVII n° 1235 - 30/09/2013 a 06/10/2013

Tiragem desta edição 24.000 exemplares

EXCEDENTE DE RESERVA LEGAL

.....
PODE SER UM BOM NEGÓCIO

CAR

.....
Sem
conneria

MERCADO RUSSO

.....
Conforme a
Sanfona

HELICOVERPA

.....
A lagarta
tenebrosa

Aos Leitores



Na página ao lado você encontra a estratégia que o Ministério do Meio Ambiente vai adotar para o Cadastro Ambiental Rural, mais conhecido pela sigla CAR. Esse instrumento será obrigatório a todos os proprietários rurais do país, mas, como diz a matéria da página 03, ninguém precisa se apavorar. Confira. Ainda na área ambiental, numa apresentação sobre Cotas de Reserva Ambiental (CRA's), durante a última reunião da Comissão Técnica de Meio Ambiente da FAEP, em Curitiba, foram avaliadas as opções para se negociar as áreas excedentes de Reserva Legal (RL), o que você encontra a partir da página 04. Os rotineiros embargos aduaneiros promovidos pela Federação da Rússia e que afetam diretamente os nossos produtores de frangos, suínos e bovinos, foi o alvo de uma missão paranaense à Feira de Alimentos, em Moscou. Detalhes nas páginas 08,09,10 e 11. E uma lembrança de nossa história recente: o ouro de Serra Pelada, que está voltando a produzir, agora de forma mecanizada, com capital canadense nas páginas centrais.

Índice

Meio Ambiente	03
Mercado Russo	08
Integração	12
Guarapuava	14
Serra Pelada	16
Helicopterpa	18
Leite Legal	20
Reserva Legal	21
Opinião	22
Vaqueiros	23
Clima	24
Notas	26
Internet	27
Eventos Sindicais	28
Via Rápida	30

Fotos: Divulgação, Fernando Santos, Milton Dória, Arquivo FAEP, Manoel Godoy e ABR

Expediente

FAEP - Federação de Agricultura do Estado do Paraná

R. Marechal Deodoro, 450 | 14º andar | CEP 80010-010 Curitiba | Paraná |
F: 41 2169-7988 | Fax: 41 3323-2124 | www.sistemafaep.org.br | faep@faep.com.br

Presidente: Ágide Meneguette | **Vice-Presidentes:** Guerino Guandalini, Nelson Teodoro de Oliveira, Ivo Polo, Francisco Carlos do Nascimento, Ivo Pierin Júnior e Paulo Roberto Orso | **Diretores Secretários:** Livaldo Gemin e Lisiane Rocha Czech **Diretores Financeiros:** João Luiz Rodrigues Biscaia e Julio Cesar Meneguetti | **Conselho Fiscal:** Sebastião Olimpio Santoroza, Lauro Lopes e Ana Thereza da Costa Ribeiro | **Delegados Representantes** Ágide Meneguette, João Luiz Rodrigues Biscaia, Francisco Carlos do Nascimento e Renato Antônio Fontana

SENAR-PR | Administração Regional do Estado do PR

R. Marechal Deodoro, 450 | 16º andar | CEP 80010-010 Curitiba | Paraná |
F: 41 2106-0401 | Fax: 41 3323-1779 | www.sistemafaep.org.br | senarpr@senarpr.org.br

Conselho Administrativo | Presidente: Ágide Meneguette - FAEP | **Membros Efetivos:** Ademir Mueller - FETAEP, Rosanne Curi Zarattini - SENAR AC, Darci Piana - FECOMÉRCIO e Wilson Thiesen - OCEPAR | **Conselho Fiscal:** Sebastião Olimpio Santoroza, Paulo José Buso Junior e Jairo Correa de Almeida | **Superintendência:** Humberto Malucelli Neto

Boletim Informativo | Coordenação de Comunicação Social: Cynthia Calderon
Editor: Hélio Teixeira | **Redação e Revisão:** Hemely Cardoso, Katia Santos, André Amorim e Tatiano Maviton | **Projeto Gráfico e Diagramação:** Diogo Figuel

Publicação semanal editada pelas Assessorias de Comunicação Social (ACS) da FAEP e SENAR-PR. Permitida a reprodução total ou parcial. Pede-se citar a fonte.

Porque não é preciso correr atrás do Cadastro Ambiental Rural – CAR



Izabella Teixeira, ministra do Meio Ambiente

O produtor rural não precisa correr atrás do Cadastro Ambiental Rural (CAR), cuja ferramenta eletrônica é o Sistema Nacional de Cadastro Ambiental Rural (SiCAR). Essa é a melhor tradução das explicações oferecidas pela ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, ao lançar no sábado, dia 28, em Porto Alegre, esse Cadastro que servirá de monitoramento de todas as propriedades rurais do país.

Explique-se.

Numa atitude correta, a ministra entendeu a necessidade de existir um período de preparação, de treinamento, que ocorrerá de outubro a dezembro, para o pleno entendimento do SiCAR. Ela própria vai percorrer o país em contatos pessoais oferecendo as explicações necessárias e deverá vir ao Paraná no final de outubro ou início de novembro.

Inicialmente o SiCAR estará off-line, isto é, o Ministério do Meio Ambiente irá disponibilizar Cds com as instruções para o preenchimento do SiCAR em todo o país. Essa ferramenta só estará on-line (na Internet) após a publicação em Diário Oficial do decreto da Presidente da República, o que está previsto para ocorrer até o final do ano. Portanto, oficialmente, será a partir desse decreto com as normas, prazos e instruções, que o produtor deverá se cadastrar pelo SiCAR.

Assim, nos últimos três meses deste ano haverá tempo necessário para que se tirem as dúvidas naturais que ocorrerão em relação ao cadastramento ambiental. Já no início deste mês, a engenheira agrônoma Carla Beck, responsável pela área ambiental da FAEP, coordenará fases de treinamentos para multiplicadores do nosso Estado.

Pelo site <http://www.sistemafaep.org.br/> e por este Boletim você terá todas as informações a respeito do CAR.

Arrendar ou Vender?

Você já ouviu falar das Cotas de Reserva Ambiental

Por Katia Santos



Para informar o produtor rural sobre todos os mecanismos que ele dispõe a fim de viabilizar possíveis regularizações de áreas ambientais que atendam o novo Código Florestal, a FAEP promoveu uma palestra sobre Cotas de Reserva Ambiental (CRA's). A apresentação aconteceu durante a última reunião da Comissão Técnica de Meio Ambiente da FAEP, realizada em Curitiba, no último dia 18.

O CRA's é um mecanismo de compensação criado pelo Código Florestal, que permite aos produtores rurais com excesso de Reserva Legal (RL), a emissão de cotas que podem ser negociadas com proprietários rurais com déficit de floresta nativa. Essa negociação só pode acontecer em propriedades que estejam no mesmo bioma.

“É uma ferramenta que traz ao produtor uma nova e importante fonte de renda com a preservação da floresta. Outra vanta-

gem é que após a regularização das CRA's no Paraná, as áreas rurais que estão em conflito por terem sido desapropriadas pelo governo do Estado para integrar parques, poderão ser regularizadas com esse mecanismo”, explica o zootecnista e consultor da empresa Biofílica, Rodrigo Dias Lopes.

Direitos e deveres

O consultor lembra que esse processo de compensação deve ser feito com embasamento legal para que nenhum dos dois lados seja prejudicado. Para o produtor que deseja comercializar sua área excedente de RL, o primeiro passo é o diagnóstico das áreas com análise da titulação e verificação do excedente. Em seguida, ele deve procurar uma assessoria ou profissional habilitado para efetuar

a emissão das CRA's.

A compensação utilizando as CRA's pode ser feita por venda ou arrendamento. "O modelo de negociação que acreditamos que será mais utilizado é o arrendamento, que garantirá no futuro mais flexibilidade para o proprietário. A área excedente tem que ser registrada em cartório, em seguida, serão emitidas pelo órgão ambiental as CRA's, e só depois ele parte para a negociação do título. O produtor que vai vender deve ficar muito atento para os direitos e deveres. Em caso de arrendamento, a responsabilidade da área é do proprietário e não do arrendatário. Em caso de incêndio ou invasão, da mesma forma. O vendedor ou quem fez o arrendamento é o responsável. O produtor precisa se precaver também para possíveis casos de inadimplência de pagamento", explica.

Recomendações

Ao produtor que vai adquirir as CRA's, o consultor recomenda observar:

- 1) Se o órgão do seu Estado responsável pelo tema já regulamentou o sistema de CRA's;
- 2) Se no Estado é possível compensar áreas de Reserva Legal em outros Estados que estejam no mesmo Bioma;
- 3) As regras do contrato de arrendamento como o prazo de cessão de uso. Quanto maior o prazo mais tranquilo o produtor ficará;
- 4) Os aspectos de manutenção da área, pois caso haja algum problema como destruição por incêndio ou desmatamento ele terá que buscar outra área para completar sua RL. E que regras o contrato dispõe para ressarcir os valores pagos.

"Por isso é importante que o produtor rural conte com um profissional especializado, para não ter prejuízos ou ser penalizado em uma fiscalização pelo órgão ambiental", completa Lopes.

O consultor levantou outro ponto aos integrantes da Comissão de Meio Ambiente: havendo regularização da CRA pelo órgão ambiental responsável, o produtor deve fazer a conta se vale a pena adquirir uma nova área para compor a Reserva Legal, regenerar parte da sua área produtiva para fazer a composição da reserva legal, ou utilizar as CRA's.

"A compensação via título financeiro de aquisição de cotas reduzirá custos ao produtor rural. Cada caso deve ser analisado individualmente.

O produtor pode fazer a seguinte conta: se ele consegue obter um retorno financeiro em cada hectare de mil reais e o custo de arrendamento de CRA por hectare for de R\$ 400,00 por hectare compensa ele manter sua área produtiva e adquirir cota em outra área", explica.

A engenheira agrônoma e técnica da FAEP, Carla Beck, que

também assessora a Comissão Técnica de Meio Ambiente, lembra aos produtores paranaenses que a ministra do Meio Ambiente, Iza-bella Teixeira, declarou que o CAR deve começar a funcionar ainda esse ano.

"Nós aguardamos para a última semana de setembro a divulgação de uma Instrução Normativa para regulamentar o CAR e um decreto para regulamentar o Programa de Regularização Ambiental (PRA), que institui o CAR. Esse será o primeiro passo para o processo de regularização ambiental onde o produtor terá a oportunidade de declarar sua RL e possíveis áreas excedentes, que poderão ser comercializadas", lembra Carla.

No Paraná o órgão responsável pelo processo de regularização do CAR é o Instituto Ambiental do Paraná (IAP). A coordenação do trabalho ficará a cargo da engenheira florestal Mariese Cargnin Muchailh, diretora de Restauração e Monitoramento da Biodiversidade.

"Nós já agendamos um encontro com as entidades envolvidas diretamente com o setor (FAEP, Fetaep, Fetraf, Associação dos Engenheiros Agrônomos, Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - CREA-PR, Secretarias de Estado da Agricultura e Meio Ambiente, e Emater), para iniciarmos o mais rápido possível a discussão", disse.

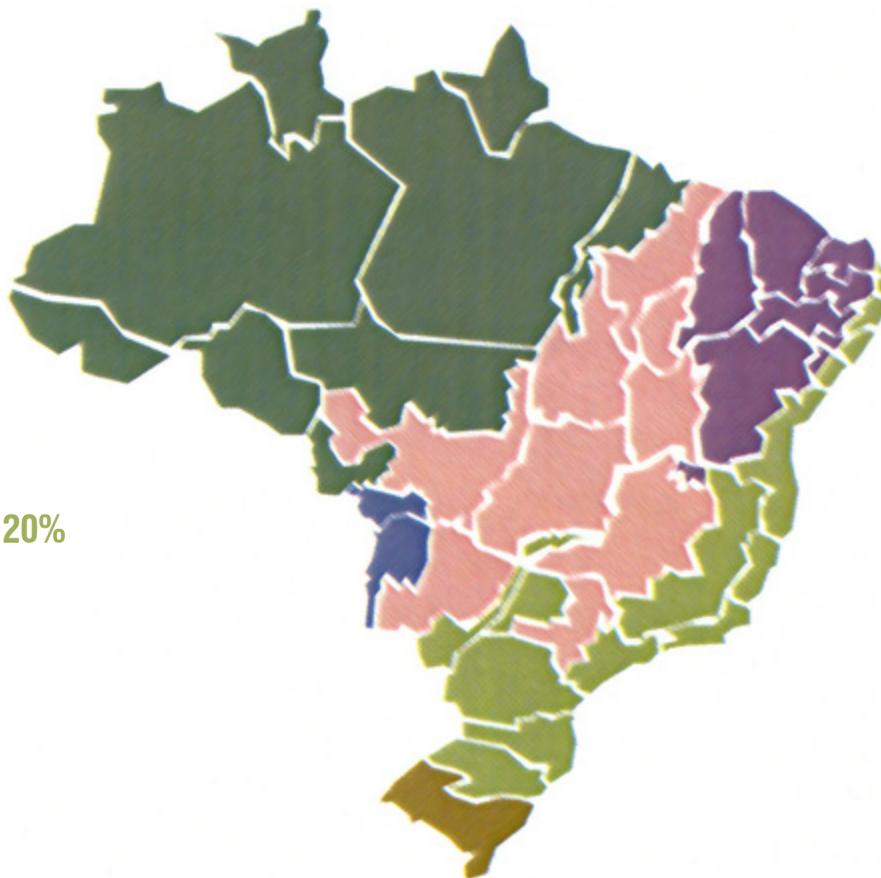
O perfil das propriedades rurais no Paraná

Total de propriedades rurais no Paraná	530.000	100%
Número de propriedades do PR com até 4 módulos fiscais (*)	492.900	93%
Número de produtores rurais paranaenses que já averbaram a Reserva Legal	120.000	22%

Fonte: IAP/FAEP

(*) – De acordo com o novo Código Florestal vale para esses produtores o percentual existente de mata na propriedade até junho de 2008.

BIOMAS brasileiros e os percentuais de preservação de Reserva Legal



Anton Gora, vice-presidente do Sindicato de Guarapuava



Nelson Theodoro, presidente do Sindicato de Campo Mourão e da Comissão de Meio Ambiente

A opinião dos produtores

O produtor rural e vice-presidente do Sindicato Rural de Guarapuava, Anton Gora, gostou da apresentação na Comissão de Meio Ambiente. Ele defende que a preservação ambiental deve ser feita de forma equitativa por toda a sociedade – tanto a urbana como a rural.

“Fiquei sabendo nessa reunião sobre esse mecanismo de remuneração ao produtor rural que preserva a mata nativa. No meu caso tenho uma área excedente de 20 hectares. Entendo que esse é o caminho correto da preservação. Mas tenho uma ressalva: mais uma vez a preservação ambiental ficou só sob a responsabilidade do produtor rural. E o restante da sociedade? Afinal o ar que respiramos, a água que purificamos, etc é de todos. E como a área urbana contribui com esse processo?”, argumentou.

O produtor e presidente da Comissão Técnica de Meio Ambiente da FAEP, Nelson Theodoro, defende que o produtor deve receber por prestação de serviços ambientais. “Não é justo que o produtor rural deixe 20% do seu patrimônio, ou áreas produtivas, de graça para a sociedade. Qual o profissional que faz isso? Um advogado, um empresário, um industrial tira 20% da sua renda e distribui para a sociedade? Não, ninguém faz isso e por que o produtor tem que fazer?”.

Outras opções



Outra opção que os produtores rurais têm para adquirir Cotas de Reserva Ambiental é a Bolsa Verde do Rio de Janeiro (BVRio), que opera mercados de ativos ambientais como meio de promover a economia verde no Brasil. Para negociar seus produtos, a BVRio usa como plataforma de negociação a BVTrade. A BVRio tem atualmente três grandes linhas de atuação: Mercados Florestais; Mercados de Logística Reversa, que opera com Créditos de Destinação Adequada de Pneus e Créditos de Logística Reversa de Embalagens; Cotas (são direitos de realizar um impacto ambiental como, por exemplo, cotas ou permissões de emissão de gases de efeito estufa)

e Créditos (são certificados que representam um impacto ambiental positivo resultante de uma atividade realizada de modo voluntário. Os créditos podem ser usados para compensar um impacto ambiental negativo, seja de modo voluntário, seja para o cumprimento de leis ambientais).

O Mercado Florestal está ligado diretamente as Cotas de Reserva Ambiental (CRAs), que já está em funcionamento recebendo o cadastramento de dados para o mercado de Unidades de Conservação, que entrará em operação após a regulamentação do Cadastro Ambiental Rural (CAR) pelo governo federal. Hoje, a BVRio conta com mais de 920 participantes representando mais de 850 mil hectares de imóveis rurais ofertando CRAs em diversos biomas do Brasil.

O que são Ativos Ambientais?

São títulos representativos de direitos de natureza ambiental. Os ativos ambientais podem ser de dois tipos:

- Cotas ou Permissões que limitam uma atividade com impacto ambiental (exemplo: cotas de emissão de gases de efeito estufa, cotas de emissão de efluentes), ou
- Créditos resultantes da prestação de serviços ambientais (exemplo: Cotas de Reserva Ambiental, créditos de sequestro de carbono, créditos de logística reversa e reciclagem).

Esses títulos podem ser usados para o cumprimento de obrigações ambientais de modo mais eficiente, no contexto de sistemas de cotas negociáveis. Ou podem também ser utilizados de forma voluntária (exemplo: neutralização de eventos, conservação florestal, etc.).

Cotas de Reserva Ambiental já podem ser emitidas no Estado do Amazonas

O Amazonas é o primeiro Estado a regulamentar a emissão de CRAs em seu Programa de Regularização Ambiental e deve também ser o primeiro a começar a emití-las. A autorização foi feita pela Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável do Amazonas que publicou em Diário Oficial a Portaria SDS/IPAAM no 001, que regulamenta a emissão de Cotas de Reserva Ambiental (CRAs).

Para se habilitar a vender CRAs, os proprietários deverão apresentar o Cadastro Ambiental Rural, demonstrar o domínio do imóvel e apresentar um laudo técnico, que poderá ser considerado suficiente para a emissão da Cota.

Produtores rurais interessados em regularizar suas pro-

priedades podem adquirir CRAs ou imóveis localizados no interior de Unidades de Conservação para doá-los ao governo do Estado. Segundo a portaria, o governo do Estado permitirá também que produtores no Amazonas façam a compensação de Reserva Legal com cotas provenientes de imóveis em outros Estados.



Exportação de carnes

A sanfona aduaneira dos importadores



Sergey Dankvert, da Rosselkhoznadzor, homenageou Inácio Kroetz, da Adapar, um velho conhecido de negociações. Juntos o secretário Norberto Ortigara e Ronei Volpi

A Federação da Rússia, Bielorrússia e Cazaquistão formaram uma União Aduaneira, mecanismo que fortalece esses três grandes países importadores de carnes. Esta União vem funcionando como uma sanfona para os exportadores com algumas vulnerabilidades – como o Brasil e especificamente o Paraná. Ora abre, ora fecha, de acordo com os interesses em jogo. Embora tenham feito parte das repúblicas soviéticas, comunistas, portanto, a sanfona bielo-russa-cazaquistã segue um maestro notoriamente capitalista e autor da celebrizada frase: “os países não tem amigos, tem interesses”.

Assim, até junho de 2011, os interesses indicaram uma boa valsa para os exportadores paranaenses de proteína animal: frangos, suínos e carne bovina. Os dois primeiros despachados pelos portos de Paranaguá, Antonina e Ponta do Felix, esta última adequada para embarque de produtos não acondicionados em containeres.

Então surgiu a suspensão das importações, pelas autoridades do Rosselkhoznadzor, o Serviço de Fiscalização Veterinária e Fitossanitária da Federação da Rússia. A alegação foram problemas com Certificação dos Produtos de Origem Animal, pela Inspeção Federal brasileira.

E os russos, num evidente comum acordo com os vizinhos de Aduana, jogaram pesado, porque além de suspender as exportações da produção dos frigoríficos paranaenses para aquele mercado, também retiraram a certificação das estruturas de entrepostos e armazéns na zona portuária paranaense para a União Aduaneira.

Resultado: todos os frigoríficos do Paraná então suspensos e, de outros Estados não suspensos, não puderam mais exportar pelos portos paranaenses, até mesmo quando se tratava de produtos que sequer eram de origem animal.



Rumo à Moscou

Anualmente a Federação da Rússia realiza a World Food Moscow uma das maiores oportunidades de negócios e intercâmbio de informações sobre alimentos do mundo. O Brasil participou nesta 22ª edição com três estandes com carnes, café e produtos da agricultura familiar, respectivamente. O Paraná enviou três representantes de instituições de peso para avaliar o mercado de alimentos e suas tendências. Entre 17 e 20 de setembro estiveram em Moscou:

- Norberto Anacleto Ortigara, secretário de Estado da Agricultura e Abastecimento do Paraná (SEAB);
- Inácio Afonso Kroetz, diretor presidente da Agência de Defesa Agropecuária do Paraná (ADAPAR) e
- Ronei Volpi, representante da Federação da Agricultura do Estado do Paraná / Fundo de Desenvolvimento da Agropecuária do Estado do Paraná (FAEP/FUNDEPEC - PR).

De encontro com executivos russos que atuam na importação de carnes, os três representantes paranaenses tiveram uma avaliação do que os clientes da União Aduaneira das carnes de frango, suínos e bovinos entre Brasil e União Aduaneira preveem para os próximos anos.

Resumo da avaliação dos importadores:

- O mercado de carne de frango não sofrerá grandes alterações no curto prazo. A produção doméstica está crescendo no país a uma razão de 5% ao ano, o consumo também está cres-

cente, mas num ritmo mais lento. É interessante estar atento às alterações que deverão acontecer em futuro próximo quanto à redistribuição das cotas de importação cujo total é de 364 mil toneladas anuais.

- O consumo de carne de suínos é estimado em 1,22 milhão de toneladas para 2013, representando um aumento de 11% sobre 2012. A cota de importação estipulada até 2020 é de 434 mil toneladas/ano. Miúdos de suínos não são computados nas cotas e a taxa de importação caiu em 2013 de 25% para 15%. “Não haverá a auto-suficiência russa com base na produção doméstica que funciona num sistema de economia familiar pouco rentável, pouco tecnificada e, portanto, ineficiente para atrair interesse dos produtores locais, em escala”, diz Ronei Volpi, da FAEP/FUNDEPEC-PR.
- O retrato da produção de carne bovina, segundo o diretor executivo da Associação dos Importadores e Processadores de Carne da Federação da Rússia, Sergey Yushin, não é nada bom. A produção de carne e leite vem caindo na razão de 6% ao ano. A atividade não atrai produtores nem investidores para a bovinocultura e há dificuldades em obter mão de obra. Clima, solo e falta de vocação resulta em áreas agrícolas sem exploração. Assim, a União Aduaneira vai continuar sendo um importante importador de carne bovina e o Brasil será um dos seus principais fornecedores pela simples razão de que, outro fornecedor não está no mercado com quantidade, qualidade, constância e preço como o Brasil está. Mas e os embargos sanitários?

O que querem os importadores

“O que o governo do Estado do Paraná poderia e deveria fazer para que os embargos russos fossem revistos e o retorno das exportações de carnes fosse retomado regularmente?”

Essa foi a pergunta fundamental do diretor geral do Serviço de Fiscalização Veterinária e Fitossanitária da Federação da Rússia - Rosselkhoznadzor, Sergey Dankvert.

E o que os importadores russos, bielorrussos e cazaques querem? No relatório sobre a visita à World Food Moscow dos representantes paranaenses estão as respostas:

- 1) O cumprimento dos requisitos sanitários acordados com a União Aduaneira;
- 2) Eliminação da dificuldade em receber do Brasil, informações rápidas e precisas quando são detectadas não conformidades nos produtos brasileiros exportados;
- 3) Na carne de frango, principal produto paranaense, foi mencionada a dificuldade sobre o entendimento dos exportadores em respeitar os limites máximos de cloro permitidos pelo Rosselkhoznadzor. Ou seja, basta melhorar a qualidade da água nos frigoríficos;

4) O exportador deve comprovar na carne de suínos e de bovinos a eliminação de utilização do promotor de crescimento (ractopamina), cuja comercialização e seu uso foram permitidos pelo Ministério da Agricultura, no Brasil.

Para essa comprovação, atualmente é necessário executar um programa que envolve o Serviço Estadual de Defesa Agropecuária, no Paraná a Adapar e, o Serviço Federal de Inspeção de Produtos de Origem Animal (DIPOA/SDA/MAPA), com apoio de laboratório oficial e a colaboração dos produtores e exportadores interessados.

De acordo com o relatório dos paranaenses, “o cenário está totalmente favorável para o Brasil, por consequência, ao Paraná, desde que sejam resolvidas definitivamente algumas questões de ordem sanitária que repetidamente são alegadas para motivar suspensões das importações de carne”.

O diretor geral do Serviço de Fiscalização Veterinária e Fitossanitária da Federação da Rússia - Rosselkhoznadzor, considerou a possibilidade de autorizar, na próxima inspeção, a ser realizada pela União Aduaneira no País, uma série de plantas frigoríficas brasileiras a exportar para o mercado da UA. Entre elas plantas do Paraná a serem inspecionadas.



A sanfona fechada e a politização da Defesa Animal do MAPA

Anoitecia no Brasil e a madrugada se aproximava em Moscou, quando a agência de notícias Reuters, no último dia 25, anunciou que a Rússia, mais uma vez, fechava sua sanfona ao mercado exportador de carne brasileira. Temporariamente, os russos suspenderam a importação de carne de dez frigoríficos brasileiros

--nove de carne bovina e um de suína--, em mais um episódio envolvendo restrições ao produto nacional.

Das unidades de bovinos com restrições, seis são do frigorífico JBS, duas do Minerva e uma do Marfrig. A unidade de suínos com limitações pertence ao frigorífico Pamplona, em Santa Catarina.

O embargo temporário à carne brasileira é resultado de uma missão russa que esteve no país em julho. Durante a inspeção a 18 frigoríficos, os técnicos russos identificaram não conformidades com as regras do país em dez, o que provocou as barreiras.

O Ministério da Agricultura disse, em nota, que está traduzindo o relatório enviado pela Rússia para identificar os problemas apontados e adotar as medidas necessárias para resolvê-los o quanto antes. JBS, Minerva e Marfrig disseram que continuarão atendendo a Rússia a partir de outras unidades no Brasil ou no exterior.

No final de agosto passado, fiscais federais agropecuários distribuíram cerca de duas toneladas de frango congelado à população em protesto em frente ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), em Brasília, contra o processo de politização da pasta.

O protesto teve a participação de mais de 100 delegados sindicais ligados à Associação Nacional dos Fiscais Federais Agropecuários (Anffa Sindical).

O estopim do movimento foi a exoneração do veterinário Ênio Marques da Secretaria de Defesa Animal (SDA) e da posse de seu substituto, o advogado cuiabano Rodrigo Figueiredo.

A Anffa diz que Figueiredo foi indicado pelo JBS para operar esquema no Ministério da Agricultura. O presidente da Associação Nacional dos Fiscais Federais Agropecuários (ANFFA), Elwal Falcão Valente, e o deputado federal Abelardo Lupion (DEM-PR), acusaram Rodrigo Figueiredo de ter sido indicado ao cargo pelo PMDB a pedido do frigorífico JBS, maior empresa de processamento de proteína animal do mundo.

Segundo eles, o objetivo desta indicação é levar os pequenos frigoríficos à falência através de mudanças de normas e procedimentos para beneficiar somente grandes empresas.



Enquanto isso...

Apesar das dificuldades para exportar para alguns países, as vendas externas de carne bovina registraram crescimento de 20,57% de janeiro a agosto deste ano, atingindo 944 mil toneladas, segundo dados divulgados nesta terça-feira (17/09) pela Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carne (Abiec). Com o aumento dos embarques, o faturamento chegou a US\$ 4,168 bilhões, avanço de 14,12% sobre o mesmo período de 2012.

Projeção - A Abiec prevê que as exportações de carne bovina superem US\$ 6 bilhões este ano. De janeiro a agosto, as vendas externas de carne in natura somaram US\$ 3,3 bilhões e volume exportado de 738 mil toneladas. Apesar do embargo da Rússia, o país liderou o ranking de compradores internacionais da carne bovina brasileira em agosto. Ao todo, foram 32 mil toneladas em-

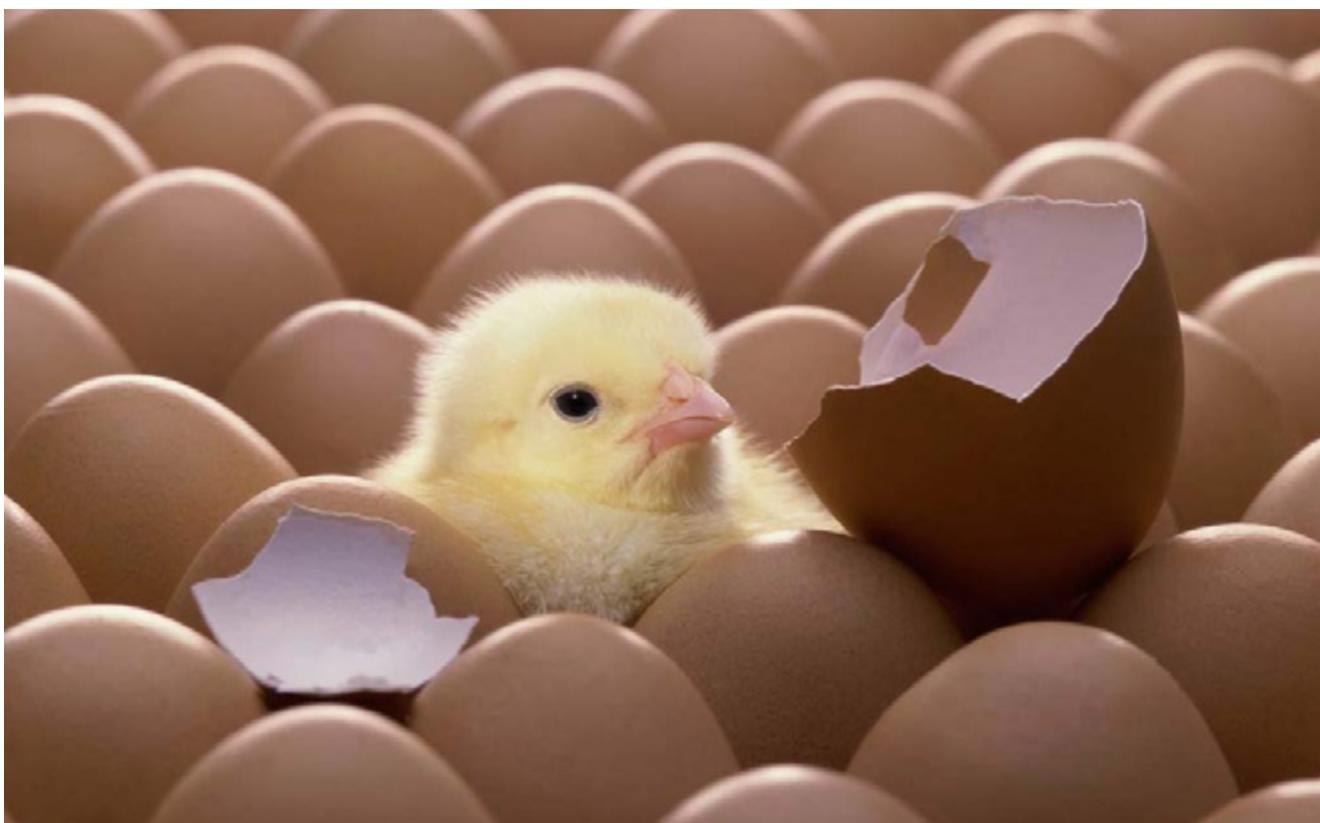
barcadas, ultrapassando Hong Kong, que atingiu 29 mil toneladas.

Plantas - Das 56 plantas de carne bovina brasileiras cadastradas para exportação com destino à Rússia, 14 estão autorizadas a exportar, 32 estão com restrições temporárias e 4 em controle reforçado. Outras 6 plantas aguardam o resultado de análise laboratorial da amostra colhida. “Nos últimos meses, percebemos forte recuperação da competitividade brasileira com a abertura de novos mercados, a modernização das tecnologias no campo, especialmente na logística de embarque da carne, aumentando, assim, a produtividade. Tudo isso nos leva a crer em fechar o ano com um faturamento superior a US\$ 6 bilhões na exportação de carne bovina”, disse, em nota, o presidente da Abiec, Antônio Jorge Camardelli.

(Valor Econômico)

Mais clara e mais justa

Nova legislação sobre integração produtores/agroindústria foi aprovada no Senado e será discutida na Câmara Federal



Relações mais justas e mais transparentes entre produtores rurais integrados e agroindústrias integradoras. É esse, em síntese, o avanço trazido pela chamada Lei da Integração (PL nº 330/2011), aprovada recentemente no Senado e encaminhada para a Câmara dos Deputados para apreciação.

A medida irá preencher uma lacuna existente nos contratos de integração entre aqueles que produzem a matéria-prima (avicultores, suinocultores, produtores de frutas, etc.) e as agroindústrias. Na avicultura, por exemplo, os produtores recebem das empresas os pintos com um dia de vida, a ração para alimentá-los, os medicamentos, e se encarregam de criar as aves até o momento em que são devolvidos à indústria para o abate e processamento.

Essa relação, segundo o coordenador da Subcomissão

de Avicultura da Confederação Nacional da Indústria (CNA), Fernando Cezar Ribeiro, estava em um “limbo jurídico”, pois não era caracterizada como relação de trabalho, nem estava prevista em outras modalidades legais como o Estatuto da Terra. Na sexta-feira (20/09), durante reunião da Comissão Técnica de Avicultura da Federação da Agricultura do Estado do Paraná (FAEP), ele apresentou aos avicultores do Estado os pontos mais importantes da nova legislação que está tramitando e fez um alerta: “Sozinho, o produtor não vai conseguir nada, é preciso unir forças”.

Dentre os principais avanços trazidos pelo texto enviado à Câmara está a garantia de direitos fundamentais para os produtores. Os contratos de integração deverão observar, por exemplo, que a remuneração do integrado não poderá ser inferior ao seu custo de produção, sob pena de nulidade. “Hoje, quando você tem

“As relações com cooperativas não se aplicam a este Projeto de Lei, sendo reguladas por outra legislação específica”.

prejuízo, esse prejuízo fica todo com você, a integradora fica de fora”, observa o avicultor Marcos Aurélio Biazon, de Bela Vista do Paraíso. Segundo ele, essa garantia de preço mínimo traz mais segurança para os produtores integrados, que normalmente são a parte mais frágil da relação.

As agroindústrias também não poderão mais rescindir contratos sem um aviso prévio. Esse prazo deve levar em conta o ciclo produtivo da atividade e os investimentos realizados pelo integrado. Assim, os produtores que decidirem realizar financiamentos para realização de obras ou compra de equipamentos terão mais segurança.

Relação transparente

Outra novidade do projeto é a necessidade do Relatório de Informações da Produção Integrada (RIPI), que deverá ser elaborado pela integradora e entregue ao integrado no início de cada ciclo produtivo. Trata-se de um documento contendo todas as informações sobre insumos fornecidos pelo integrador, indicadores técnicos, quantidades, índices de produtividade, os preços usados nos cálculos dos resultados financeiros, além dos valores pagos aos produtores.

Antes de aderir ao sistema de integração, o produtor também terá o direito de consultar o Documento de Informação Pré-Contratual (DIPC), fornecido pelo integrador contendo a descrição das atividades a serem desempenhadas, requisitos sanitários, ambientais, estimativa de investimentos em instalações, riscos econômicos e outras informações indispensáveis para adesão ao sistema de integração.

Para o presidente da Associação Municipal de Avicultores de Chopinzinho (ASMAC), Juarez Pompeu, o projeto é um primeiro passo na busca de mais transparência nas relações de integração. “Não vamos chegar onde queríamos, mas é um começo.”, diz.

Outro ponto importante do projeto é a divisão das responsabilidades legais na área do meio ambiente e da sanidade animal, que até agora são preocupação apenas dos produtores.

CADEC e Fórum

A instância à qual recorrerão produtores e agroindústrias para discutir as obrigações e responsabilidades dos contratos de

integração é a Comissão de Acompanhamento, Desenvolvimento e Conciliação da Integração (CADEC). Ela atuará de forma regional, devendo sua instituição ser prevista em contrato. Cabe lembrar aqui que as relações com cooperativas não se aplicam a este Projeto de Lei, sendo reguladas por outra legislação específica.

Além da CADEC, outra instância de diálogo será o Fórum Nacional de Integração, formado por representantes dos produtores e das agroindústrias, divididos conforme a cadeia produtiva. Sua responsabilidade é definir as diretrizes para o acompanhamento e desenvolvimento do sistema de integração e fortalecer esta relação. Para setores em que já existe um fórum ou entidade similar em funcionamento, sua criação será opcional.



Tiroteio no Congresso

As relações de integração já são objeto de atenção dos nossos parlamentares federais há algum tempo. Na Câmara Federal são quatro projetos tratando do mesmo tema. A falta de consenso, em muito se deve às forças envolvidas nesta questão, de um lado a agroindústria e outro os produtores rurais, ambos setores fortes e representativos politicamente.

O quinto texto que chega agora à Câmara é o PL nº 330/2011, de autoria da senadora Ana Amélia (PP/RS). A matéria foi relatada pelo senador Acir Gurgacz (PDT/RO) na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) do Senado e teve seu substitutivo aprovado no início de setembro, depois de passar pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). Nesse processo foi possível construir um texto de consenso com participação ativa de representantes dos setores dos integradores e dos integrados.

Uma aliança que está dando certo

O programa modelos da Cooperaliança para bovinos e ovinos de qualidade



Combinar uma boa produção com o mercado, produzindo carne de qualidade a preços competitivos são os desafios de quem produz. Não é fácil essa composição. É o que garante o programa de fidelização da Cooperativa Agroindustrial Aliança de Carnes Nobres Vale do Jordão, a Cooperaliança, em Guarapuava, que desde 2007 desenvolve um modelo diferente de produção e comercialização de bovinos e ovinos de corte.

A Cooperaliança é resultado da união de 35 produtores que queriam criar uma marca de carne bovina de qualidade e com acabamento diferenciado. Hoje há 102 cooperados e as marcas Novilho Precoce, Aliança Angus Premium e Cordeiro Guarapuava ocupam as gôndolas de vários açougues em Curitiba e outros municípios do Estado. “A grande vantagem do programa é que o produtor está produzindo com uma venda programada. Ele já sabe que o mercado vai absorver o produto”, observa o presidente e coordenador do projeto de bovinos Edio Sander.

Na pecuária, o foco é na criação de bois com a genética da raça britânica Angus. Pelo programa, o produtor cooperado se compromete a entregar um determinado número de animais por ano e a cooperativa se encarrega de comercializar a carne.

Ele recebe um plus, em média de 16%, na comparação com a arroba do boi no mercado. A remuneração depende da classificação dos animais: hiperprecoce (até 14 meses), superprecoce (até 18 meses) e precoce (até 24 meses). “Nós oferecemos um projeto em que o produtor pode construir uma vantagem para ele”, explica Sander.

Cooperado desde a fundação da Cooperaliança, o produtor João Artur Barbosa Lima, de Guarapuava, entrega uma média de 60 novilhas precoces com genética Angus por mês. Na Fazenda Cristal, a 20 km do município, engorda 500 animais e planta soja e milho. Segundo ele, a pecuária veio para diversificar as atividades na propriedade. “Só comecei a trabalhar com a terminação dos animais por causa do projeto de carnes nobres. Não há como produzir carne sem ser desse jeito, com uma garantia de mercado”.

Na avaliação do produtor, além de aumentar a remuneração, o programa oferece uma grande vantagem em relação ao rendimento das carcaças, uma média de 56%. Num frigorífico esse índice gira em torno de 52%. “Enquanto o mercado estiver na mão de três frigoríficos, o produtor sempre vai ser escravo deles. Por isso é importante participar de um programa de fidelização”.

Ovinos

De carona no programa de bovinos, a Cooperaliança iniciou um novo projeto na comercialização de cordeiros em setembro de 2008. Atualmente, 44 produtores participam do programa que abate em média 70 animais por semana. A coordenadora do projeto e vice-presidente, Adriane Azevedo Araújo, diz que só não ocorrem mais abates porque a produção não acompanha a grande demanda. “O nosso objetivo é aumentar esse número de animais”, acrescenta.

Os produtores também ganham um plus em relação ao preço de mercado. Pelo quilo do cordeiro vivo recebem R\$ 10,70 e mais 5% de bonificação. Ela conta que o grupo de cooperados se reúne a cada 60 dias para trocar informações e experiências na atividade. “Isso é muito importante para crescermos como produtores. A cooperativa atende o pensamento do produtor rural com foco na vontade do consumidor”, justifica.

O produtor e um dos diretores da Cooperaliança, Morel Lustosa Ribas, participa do programa nas duas atividades. Na propriedade de 226 hectares, divide o espaço entre o cultivo de grãos

e a criação de bois e ovelhas. Entrega em média 40 bezerros e 90 cordeiros por ano. Segundo ele, o sistema da cooperativa garante uma segurança ao produtor. “Antes disso, você entregava o animal para o atravessador, que ia à propriedade com um caminhão para carregar os animais. Depois disso, você ficava com um papelzinho na mão e rezando para que ele voltasse pagar. Agora eu chego à cooperativa, entrego o animal e já recebo à vista”, compara.

Assim como Morel, o produtor Mário Bilek, de Guarapuava vende bovinos e ovinos à cooperativa. Pelos 670 hectares, cultiva grãos, cria bois e engorda um plantel de 350 ovelhas da raça texel. Entrega em média 120 cordeiros por ano e a sua meta é expandir o abate para 50 animais por mês. “O programa ajuda a organizar a produção, já que temos uma escala de venda”, avalia.

Somente no ano passado o faturamento da cooperativa atingiu R\$ 25 milhões e, de 2008 a 2012, a produção de bovinos cresceu 26% com o abate de 9.965 animais. Na ovinocultura, entre 2009 e 2012, a produção cresceu 53%, passou de 36 mil quilos para 52 mil quilos. A estrutura da Cooperaliança conta com dois caminhões boiadeiros e outros seis veículos para transportar a carne, além de quatro veterinários, um zootecnista e um engenheiro agrônomo.



Edio Sander, presidente da Cooperaliança



Adriane Azevedo de Araújo, vice-presidente da Cooperaliança



Morel Lustosa Ribas, diretor da Cooperaliança



Mário Bilek, produtor de Guarapuava

UMA SERRA DE OURO

O MAIOR GARIMPO A CÉU ABERTO DO MUNDO

Shigeaki Ueki, aos 38 anos, foi entronizado no Ministério de Minas e Energia pelo presidente Ernesto Geisel (1974-1979), por isso ficou conhecido como o “japonesinho do Geisel. Coube a ele anunciar dois grandes achados no período em que as guerras no Oriente Médio explodiram também o preço do petróleo. Notícia boa valia ouro ao governo Geisel recém instalado e necessitado de melhorias no ibope.

E literalmente o japonesinho anunciou aos brasileiros, ouro, muito ouro na Serra de Carajás, sul do Pará, mais exatamente em Serra Pelada. Ele também afirmou que poderia se fantasiar com um barril de petróleo, porque a Petrobrás localizara muito óleo na Bacia de Campos, ainda hoje a maior região produtora em alto mar do país, enquanto o pré-sal fica capengando em concorrências sem participantes.

Garimpeiro, contam cronistas, conhece ouro pelo faro, imagine quando o próprio governo dá a notícia oficial da existência do metal. A história de Serra Pelada começa em 1976, quando um

geólogo do Departamento Nacional de Produção Mineral encontrou amostras de ferro no sul do Pará. Para se transformar no maior garimpo a céu aberto do mundo muita água correria pelo leito natural do igarapé da grota Rica, onde o filho de um certo Zezinho, protegido de Genésio Ferreira da Silva, o antigo dono das terras da Serra Pelada, encontrou alguma coisa brilhando junto a uma bica d’água.

Nas várias versões sobre as origens do grande garimpo, uma conta que o próprio Genésio encontrou ouro ao cavar um buraco para fazer uma cerca. De qualquer forma, foi a partir do início de 1980 que a corrida acelerou e levas de migrantes de todos os cantos do país se deslocaram para o Pará, e ocuparam o garimpo.

Homens enlameados até os cabelos, caminhando como formigas com sacos de cascalho nas costas e cavando como tatus, levantavam poeira ou lama do grande buraco que não parava de crescer. Poucos “bamburraram”, quase todos saíram “blefados” (tradução ao lado).

Aquele mar humano nunca visto corria o mundo em

grandes fotos, grandes reportagens e também grandes mentiras, como a de que o ouro de Serra Pelada “pagaria a dívida externa brasileira”. Na época era muita dívida para pouco ouro.

Em 21 de maio de 1980, o governo federal promoveu intervenção na área, já ocupada por 30 mil garimpeiros. A Receita Federal tentou controlar os garimpeiros e todo ouro encontrado deveria ser vendido à Caixa Econômica Federal. A intervenção foi comandada pelo militar Sebastião Rodrigues de Moura, o major Curió.

No mesmo ano, os depósitos de ouro na superfície se esgotaram, e a Vale do Rio Doce, então uma estatal, tentou reaver a posse da área. Em 1984, a Vale recebeu indenização de US\$ 59 milhões pela perda da concessão da mina por quebra de contrato.

A extração continuou caindo. Em 1988, foi de 745 kg, e, em 1990, de menos de 250 kg. Em março de 1992 o governo não renovou a autorização de 1984, e o garimpo voltou a ser concessão da Vale.



“Pau da Mentira”

Na Vila de Serra Pelada, situada no município de Curionópolis, há uma gameleira (no sul chamada de figueira) de 15 metros de altura que serve de ponto de encontro de homens que há trinta anos sonham com a reabertura do seu Eldorado. A árvore ganhou o apelido de “Pau da Mentira”, por causa das histórias improváveis contadas à sua sombra, mas bem que agora poderia ter seu nome mudado para “Pau da Esperança”, contou um repórter do site da revista Veja que andou por lá.



BAMBURRADO: aquele que tirou a sorte grande no garimpo, encontrando um filão de ouro no seu barranco.

BLEFADO: garimpeiro que perdeu tudo, só é dono da roupa do corpo.



Garimpo mecanizado

Em 2011, a empresa de mineração canadense Colossus Minerals Inc. se associou à Cooperativa de Mineração dos Garimpeiros de Serra Pelada (COOMI-GASP), formando a joint venture Serra Pelada Companhia de Desenvolvimento Mineral (SPCDM), para explorar de forma mecanizada o ouro de Serra Pelada ainda a partir deste 2013. Estima-se

em 50 toneladas a quantidade de ouro ainda existente no local. Se o cálculo se confirmar, será mais do que se conseguiu extrair nos sete anos em que o garimpo funcionou, entre 1980 e 1987 (40 toneladas). Esse ouro remanescente encontra-se misturado em uma camada de argila, a 200 metros de profundidade. Além de ouro há prata e paládio. Esperava-se que a nova corrida do ouro em Serra Pelada não provocasse sofrimento ou as cenas bíblicas dos anos 80. Até agora não provocou, mas em agosto passado, garimpeiros não filiados à Cooperativa entraram em confronto com PMs. Ouro e ambição sempre foi igual a confusão.

Helicoverpa: a nova praga das lavouras brasileiras

O que diz o entomologista Adeney de Freitas Bueno, da Embrapa Soja



De repente, em plena manhã de setembro, o jornalista e apresentador da rádio Bandnews, Ricardo Boechat, dono de grande audiência urbana nas capitais do país, entre 7h30 e 9h, desandou a falar de uma lagarta. Contumaz crítico dos episódios de corrupção, a lagarta que ele tratava não era exatamente a que corroi e se aproveita dos impostos dos contribuintes, mas a *Helicoverpa Armigera*.

Essa dita cuja, de fato, vem sendo a estrela da mídia pelos prejuízos causados na Bahia na safra 2012/2013 e o temor que causa em outros Estados, o que mobiliza pesquisadores, indústrias e produtores para seu combate.

A repórter Hemely Cardoso, deste Boletim, foi ouvir o pesquisador Adeney de Freitas Bueno, doutor em entomologia (manejo de pragas) da Embrapa Soja em Londrina sobre a helicoverpa. Além

dos estragos nas plantações de soja, ela ganhou notoriedade por ser uma lagarta “polífaga”, ou seja come de tudo. O que estiver na frente ela traça, até plástico.

Veja os principais trechos da entrevista de Adeney:

BI - Onde ocorreu o primeiro caso da helicoverpa? Como pode ser identificada?

Adeney – O primeiro caso ocorreu na safra 2012/2013 com severos ataques nas culturas de soja, milho e algodão principalmente na região Oeste da Bahia. A suspeita predominante recaiu sobre a ocorrência de representantes do grupo *Heliothiinae* (gênero *Helicoverpa* e/ou *Heliothis*). O gênero *Helicoverpa* é composto por diversas espé-

cies altamente destrutivas, devido as suas características biológicas, como polifagia, alta fecundidade, alta mobilidade local das lagartas e migração das mariposas, que facilitam a sobrevivência delas em ambientes instáveis e à adaptação em relação às mudas sazonais do clima.

BI – O que o produtor pode e deve fazer para manejar essa praga no campo?

Adeney - É importante que o produtor tenha um cuidado redobrado na hora de manejar a Helicoverpa. Por exemplo, o uso excessivo de agrotóxicos, calendarização de controle e uso de baterias (aplicações repetidas) de inseticidas irão trazer mais prejuízos do que benefícios no manejo de pragas. Por isso, para o sucesso da agricultura brasileira é fundamental que o produtor volte a utilizar todas as tecnologias do Manejo Integrado de Pragas (MIP). No caso da soja, infelizmente o MIP foi praticamente abandonado em todo o país..

BI – Qual é a consequência desse uso abusivo de produtos químicos?

Adeney – O uso excessivo de inseticidas sem o monitoramento apropriado pode trazer ainda problemas mais sérios. Entre eles, a seleção de insetos resistentes aos inseticidas, a eliminação do controle biológico natural e dos demais insetos benéficos do ambiente agrícola, a contaminação do homem e do ambiente. Em relação à soja, por exemplo, deve ser feita com o uso do pano-de-batida, prática que foi também praticamente abandonada na sojicultura brasileira. Portanto, amostrar as pragas e usar o inseticida recomendado apenas quando necessário (no momento recomendado) é a melhor saída para o produtor garantir boa produtividade aliado a sustentabilidade de sua lavoura.

BI – Existem opções de inseticidas recomendados para o manejo dessa praga?

Adeney - No primeiro ano (safra 2012/13) em que a praga ocorreu, infelizmente o produtor realmente sofreu com a falta de indicações de inseticidas para o seu manejo, até porque a praga era nova e ainda desconhecida da maioria e foi detectada na safra já em andamento. Duras críticas foram feitas na mídia ao processo de registro de inseticidas no país que foi taxado de muito rigoroso e lento. Na verdade é positivo almejar um processo mais rápido, mas não por isso, menos rigoroso. A demora ocorre devido ao grande número de pedidos, além da complexidade que o registro exige. No Paraná, já existem dois produtos devidamente cadastrados para o uso, mas outros produtos estão em processo de avaliação e deverão estar disponíveis. Para consultar a lista atualizada desses produtos, os produtores podem procurar a Agência de Defesa Agropecuária do Paraná (Adapar) ou através do site http://extranet.agricultura.gov.br/agrofit_cons/principal_agrofit_cons

BI - Além do uso de produtos químicos, quais tipos de controle o produtor pode fazer contra a praga?

Adeney - O MIP é uma forma de controlar a lagarta porque garante a preservação do controle biológico natural que auxilia naturalmente na



Adeney de Freitas Bueno, doutor em entomologia da Embrapa

redução populacional dessa e de outras pragas agrícolas. Por isso, é importante que o produtor dê preferência para os inseticidas mais seletivos aos inimigos naturais. Quando o assunto é controle aplicado, além do uso de inseticidas, ele pode utilizar o controle biológico ou feromônios (desde que devidamente registrados e autorizados para uso) ou ainda plantas transgênicas (plantas Bt), por exemplo. A soja Bt, com a proteína Cry1Ac, tem ação sobre essas pragas e pode ser bastante útil em seu manejo.

BI - Quais são as recomendações para o produtor que plantar a soja Bt?

Adeney - É fundamental que o produtor que cultiva plantas Bt não se esqueça das demais táticas de MIP. O erro mais grave é acreditar que a planta Bt é o único controle necessário para pragas. Na verdade, a cultura Bt é mais uma ferramenta que vem se somar as demais ferramentas já existentes no MIP. Por isso, o produtor deve continuar monitorando a lavoura com amostragens frequentes com o pano-de-batida para que sempre que necessário os inseticidas ou outras ferramentas de controle de pragas possam ser utilizados. Além disso, é essencial que o produtor ao utilizar a soja Bt, plante 20% de sua lavoura com variedades não-Bt, o que chamamos de área de refúgio. Isso é necessário para que haja mariposas provenientes dessa área de refúgio (não Bt) que possam cruzar com possíveis mariposas resistentes que vieram da área Bt e assim, fazer com que a sua prole seja suscetível a tecnologia Bt, quebrando a multiplicação dos insetos resistentes. No plantio da área de refúgio que deve ser feita junto (nos mesmos dias) da área Bt, é importante que a distância encontrada entre uma planta Bt e uma não Bt seja de 800m que é a capacidade máxima de voo da mariposa.

SENAR-PR + Laticínios + Produtores = Leite Legal

Um programa de qualidade para colocar dinheiro no bolso



Luiz Arthur Silvestri, gerente da Usina de Laticínios da Coamig

A produção de leite no país deve seguir as exigências legais da Instrução Normativa nº 62/2011 (IN 62), do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). Há produtores, na maioria pequenos, que enfrentam dificuldades em atender essas condições e eles são os principais alvos do SENAR-PR através do Programa Leite Legal.

Um dos diferenciais do programa é o envolvimento e participação dos laticínios, responsáveis pela indicação dos produtores que irão participar do curso de 16 horas. Além das aulas teóricas o produtor receberá uma visita técnica do instrutor na sua propriedade e nesse encontro será feita uma checagem da produção leiteira.

“Nessa visita o produtor terá condições de visualizar seus pontos de melhoria na produção do leite. Com certeza, uma oportunidade diferenciada que vai permitir que ele planeje ações para ad-

equar seu processo obtendo mais qualidade e consequentemente um acréscimo de receita com o pagamento diferenciado”, analisa o médico veterinário e técnico do SENAR-PR, Alexandre Lobo Blanco.

Os laticínios comprometem-se também a repassar as informações dos três últimos exames de amostras de cada produtor ao SENAR-PR feitas antes do curso. As informações servirão para comparar o desempenho do produtor, após 90 dias, com os resultados de novas amostras feitas após as aulas.

Os laticínios participantes também se comprometem a remunerar o produtor pela qualidade do leite. “O envolvimento dos laticínios e o pagamento por qualidade são essenciais para o sucesso do programa. O pagamento diferenciado permite que o produtor faça um planejamento e invista em soluções para melhorar sua produção”, comenta Blanco.

Os dados de qualidade do leite que serão repassados são: CBT (contagem bacteriana total), CCS (contagem de células somáticas), teor de proteína total e teor de gordura total, referentes ao volume da produção mensal e preço pago por litro aos produtores participantes. Esse repasse deverá ser autorizado pelos produtores participantes e terá caráter sigiloso, sendo trabalhadas somente para a obtenção de médias e sem identificação de produtor ou indústria.

Mexendo no bolso

O primeiro parceiro do SENAR-PR dentro do Programa Leite Legal é a Cooperativa Agropecuária Mista de Guarapuava (Coamig), com 900 produtores. O primeiro curso aconteceu nos dias 26 e 27 de setembro para 15 participantes, com o instrutor Luiz Francisco. A Coamig capta atualmente 110 mil litros/dia, que são repassados para a Castrolanda Cooperativa Agrolindustrial. Há três meses a Coamig iniciou um programa de pagamento por qualidade com os produtores dos municípios de: Prudentópolis, Guarimiranga e Ivaí.

“A partir do momento que você mexe com o bolso o produtor, ele decide se vai continuar produtor ou se vai ser apenas um tirador de leite. O verdadeiro produtor de leite quer melhorar sempre. O maior retorno dessa parceria é sabermos que estamos ajudando o produtor a se profissionalizar”, diz o presidente da Coamig, Edson Rodrigues de Bastos.

O gerente da Usina de Laticínios da Coamig Luiz Arthur Silvestri estima que, após o período de entressafra causado pelo clima que afetou muito a produtividade, haja um aumento de 20% no volume de captação. “Depois de vencer a barreira da higiene e genética na produção do leite o próximo passo é aumentar o volume”, completa.

A Coamig quer oferecer essa capacitação a todos os seus associados. Para esse ano eles programaram quatro turmas, cada uma com 15 participantes. “Esse curso tem uma grande vantagem - a flexibilização de horário, será das 9h às 17h, em dois dias com aulas teóricas. Para o ano que vem iremos montar outras cinco turmas. Além das aulas teóricas a visita na propriedade também é um grande atrativo ao produtor”, finaliza Silvestri.

Meio Ambiente

Averbação de Reserva Legal

Prorrogada novamente pela Justiça

O Corregedor da Justiça, Desembargador Eugênio Achille Grandinetti suspendeu a averbação da Reserva Legal de propriedades rurais, em Cartórios, por um prazo de 90 dias, a partir do dia 23 de setembro de 2013. A suspensão das exigências ocorreu em virtude dos fundamentos expostos (itens 16.6.13 e 16.7.6.1), do Código de Normas.

A decisão foi tomada também diante do novo Código Florestal e do decreto estadual 8680/2013, que instituiu o Sistema de Cadastro Ambiental Rural do Paraná (SICAR-PR), integrado ao mesmo Sistema, mas em caráter nacional.

Diante disso, o produtor, em caso de transação imobiliária (desmembramento, remembramento, alienação, partilha, etc), não necessitará mais apresentar certidão negativa do Instituto Ambiental do Paraná (IAP).

Essa decisão, porém, não elimina as eventuais multas aplicadas pelos órgãos ambientais, cuja liquidação é necessária,

inclusive para financiamento da produção. Ou seja, não se trata de certidão negativa de débitos.

Além disso, ficou mantida decisão anterior pela qual o IAP não poderá exigir a Reserva Legal para fins de Licenciamento Ambiental. Os Cartórios de Registro de Imóveis de todo o Estado estão sendo alertados sobre essa decisão da Corregedoria.

A questão da exigência da averbação da Reserva Legal nas transações imobiliárias rurais era sucessivamente prorrogada pela Corregedoria da Justiça. Agora, diante do novo Código Florestal tal exigência será cumprida através do Cadastro Ambiental Rural (CAR), após a divulgação de: uma Instrução Normativa pelo Ministério do Meio Ambiente, que irá regulamentá-lo, e de um decreto para regulamentar o Programa de Regularização Ambiental (PRA), que institui o CAR.

A decisão na íntegra está no site:
<http://www.sistemafaep.org.br/>

Terceirização

Por que sou a favor do PL 4.330?

* Marcelo Almeida



A terceirização já é uma realidade no Brasil e, inquestionavelmente, é uma prática que amplia as vagas de trabalho, agiliza a gestão de pessoas dentro das empresas e não prejudica o trabalhador brasileiro em qualquer um dos seus direitos. Hoje, um em cada cinco trabalhadores empregados no Brasil é terceirizado. Ou seja, são mais de 12 milhões de trabalhadores que estão no mercado de trabalho sem qualquer regulamentação. O objetivo do PL 4.330 foi o de regulamentar as atividades desses 12 milhões de trabalhadores e de outros tantos que poderão ser inseridos ou recolocados no mercado de trabalho por meio de uma atividade terceirizada.

Uma empresa de terceirização é uma pessoa jurídica como qualquer outra empresa, seja indústria, comércio ou prestadora de serviço. Os trabalhadores contratados pelas empresas de terceirização precisam ter a mesma segurança jurídica dos trabalhadores contratados por qualquer outra pessoa jurídica. É isso que o PL 4.330 veio trazer.

O fato de o projeto prever a terceirização para atividades fins, quando sazonais ou especializadas, não significa que isso acabará com as contratações diretas, como tentam fazer entender os opositores à proposta. Não é verdade que as empresas brasilei-

ras, com a aprovação da lei, demitirão todos os seus colaboradores diretos para contratar terceirizados. Isso é demagogia! Isso é a campanha do medo! Isso é tão irreal quanto o medo da Regina Duarte na campanha de 2002. As empresas brasileiras continuarão a ter quadro próprio e quadro terceirizado, conforme a necessidade operacional de cada negócio e atividade. Não há nada de errado nisso.

Os trabalhadores contratados por empresas constituídas para fornecer mão de obra terceirizada têm as mesmas garantias de outros trabalhadores: salário, 13.^o, repouso semanal, férias remuneradas, adicional de 1/3 de férias, FGTS, recolhimento das obrigações previdenciárias, aviso prévio, adicional noturno, pagamento de hora extra, licença maternidade e paternidade e estabilidade para gestante, além de igualdade no uso do transporte, serviço médico interno e refeitório com os trabalhadores celetistas das empresas contratantes das

terceirizadas. Então, o que perdem os trabalhadores terceirizados? Nada!

No meu entender, a forte reação contrária ao PL 4.330 vem das lideranças sindicais, que terão de se adaptar, sim, à nova realidade. Isso vai exigir mais organização e até novas representações. Não vejo mal nisso. Com a regulamentação, os sindicatos e centrais sindicais terão de representar e cuidar também dos terceirizados, que passam a ter a atividade regulamentada. Que mal há nisso? Nenhum!

Chega de maniqueísmo em relação a esse tema. Chega de propaganda do medo. Eu mesmo, na minha casa, tenho funcionários contratados diretamente e funcionário terceirizado. Respeito a todos e trato a todos com igualdade e equidade. Tenho funcionário terceirizado na área de segurança para garantir a prestação desse serviço todos os dias, não com o mesmo funcionário, mas pela mesma empresa, que faz a gestão de seu pessoal de acordo com a lei. É simples assim. O resto é politicagem, e eu faço política!

***Coordenador da bancada paranaense no Congresso Nacional.
(Publicado na Gazeta do Povo – 24.09.2013)**

Profissão vaqueiro

Mas exigência de seguro de vida deve ser vetado



O plenário do Senado aprovou no último dia 24, o Projeto de Lei da Câmara 83/2011 que reconhece e regulamenta a profissão de vaqueiro. A proposição, que segue agora para a sanção presidencial, define o vaqueiro como profissional responsável pelo trato, manejo e condução de animais como bois, búfalos, cavalos, mulas, cabras e ovelhas.

De autoria dos ex-deputados Edigar Mão Branca e Edson Duarte, o projeto estabelece que a contratação dos serviços de vaqueiro é de responsabilidade do administrador – proprietário ou não – do estabelecimento agropecuário de exploração de animais de grande e médio porte, de pecuária de leite, de corte e de criação.

O projeto torna obrigatória a inclusão de seguro de vida e de acidentes em favor do vaqueiro nos contratos de serviço ou de emprego. Tal seguro deve compreender indenizações por morte ou invalidez permanente, bem como ressarcimento de despesas médicas e hospitalares decorrentes de eventuais acidentes ou doenças profissionais que o vaqueiro sofrer durante sua jornada de trabalho, independentemente da duração da eventual internação, dos medicamentos e das terapias que assim se fizerem necessários.

O senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP), advertiu que a exigência de seguro de vida, caso se torne lei, poderá representar um ônus insuportável para pequenos agricultores, inviabilizando as-

sim a contratação de ajudantes para o trabalho nas fazendas.

Já o relator Paulo Davim (PV-RN) fez um apelo ao Senado pedindo a rejeição de todas as emendas apresentadas à matéria no Senado a fim de evitar seu retorno à Câmara dos Deputados. Sobre a eliminação da exigência da contratação de seguro de vida pelos empregadores para protegerem seus vaqueiros, Davim se comprometeu, contando com o apoio dos líderes, a solicitar o veto dessa exigência à presidente Dilma Rousseff.

Vinhos artesanais

A Comissão de Constituição e Justiça da Câmara aprovou dia 25 último, o projeto que regulamenta a produção de vinhos artesanais, e agora segue para o Senado. O texto aprovado é um substitutivo de autoria do deputado federal Alceu Moreira (PMDB/RS), que argumentou sobre a necessidade de uma legislação adequada para esses produtores. O projeto limita a produção em 20 mil litros por ano e estipula que no mínimo 70% da uva utilizada seja colhida na propriedade.

Os granizos de setembro



Na madrugada do último dia 22, os moradores de 32 municípios do sudoeste/oeste paranaense acordaram assustados com o barulho das pedras de granizo que atingiram a região. Os produtores da área rural de pelo menos oito municípios – São João, São Jorge D'Oeste, Verê, Dois Vizinhos, Nova Prata do Iguaçu, Salto do Lontra, Itapejara do Oeste e Nova Esperança do Sudoeste perderam o sono tentando recuperar os prejuízos de 30 aviários duramente atingidos pelo granizo, acompanhado de vendaval e fortes chuvas. Áreas urbanas das cidades foram também atingidas, num rastro de destruição como em Corbélia, onde quase 3 mil casas foram danificadas ou semi-destruídas (veja mapa).

O entreposto da Coasul Cooperativa Agroindustrial, em

São João, com 136 associados e 198 aviários montou uma operação de emergência já no domingo para mapear os estragos nas propriedades. Uma equipe de 15 funcionários entre médicos veterinários e pessoal administrativo percorreu as propriedades atingidas dando início a uma operação de socorro aos produtores.

Num balanço inicial, 16 produtores rurais proprietários de 30 aviários que alojam 700 mil aves tiveram perdas. O encarregado do setor Agropecuária da Coasul, Alcir Livi, afirma que o número de mortes de aves foi muito pequeno. “Nossos aviários tem um sistema de estufa no telhado que é projetado para absorver o impacto do granizo. As aves quase não sofreram com as pedras de granizo, mas foram afetadas pelo estresse do barulho”, conta.

O trabalho de apoio aos produtores foi rápido. Em 15 propriedades onde o impacto foi pequeno e com o trabalho de três empresas de construção civil da região a cooperativa conseguiu retomar a produção após quatro dias. “Realocamos aves, antecipamos o abate, consertamos os telhados, enfim fizemos tudo para que a produção não fosse interrompida. Mas em alguns aviários que tem, por exemplo, 3.600 m2 de área construída a produção só recomeça em um prazo que varia de 20 a 30 dias”, completa.

Livi conta que atua nessa área há 23 anos e já enfrentou muitas tempestades e chuvas de granizo, mas nenhuma como essa. “Usamos telhas de amianto com 5 ou 6 milímetros, por serem mais resistentes. Mas a natureza foi mais forte”, finaliza.

São Pedro, ajudai-nos!

É inevitável e este ano as cenas tem se repetido numa rotina que mistura desastre e beleza. As Cataratas do Iguaçu com suas quedas transbordando de água significam a ocorrência de chuvas severas no trajeto leste-oeste do Estado percorrido pelo leito do rio.

De acordo com a Defesa Civil do Paraná no período de 20 a 23 de setembro 46 municípios foram atingidos: 32 por granizo; 9 municípios por vendaval; 6 por chuvas intensas e um município sofreu alagamento, sendo que Coronel Vivida foi atingido por vendaval e granizo.

Em junho passado ocorreram inundações nos Vales do Ivá e Piquiri, ao norte do Estado, com severas perdas para a agropecuária. Está faltando colaboração de São Pedro neste 2013.



BALANÇO DA DEFESA CIVIL - PR

Sobre eventos climáticos

2012		2013	
Alagamentos	28	Alagamentos	31
Enxurradas	51	Enxurradas	105
Granizo	31	Granizo	54
Vendaval	51	Vendaval	66



Questões Indígenas em Maringá

O Sindicato Rural de Maringá e a Cocamar Cooperativa Agroindustrial promoveram um encontro, na sede da cooperativa, para tratar das “Questões Indígenas”, no último dia 19. O tema foi tratado em palestra do advogado da Federação da Agricultura e Pecuária de Mato Grosso do Sul (Famasul), Gustavo Passareli. O objetivo foi esclarecer como está a situação da demarcação de território indígena no Brasil, feita pela Fundação Nacional do Índio (Funai). Participaram da reunião o presidente do Sistema FAEP Ágide Meneguette; o presidente do Sindicato Rural de Maringá, José Antônio Borghi; o vice-presidente da Cocamar, José Jardim; o supervisor do SENAR-PR, Salvador Morales, presidentes de sindicatos rurais próximos a Maringá e produtores rurais da região.

Nas mãos do Congresso

A questão indígena foi tratada também no último dia 23 pelo ministro Luís Roberto Barroso, do Supremo Tribunal Federal (STF). Ele negou o pedido de deputados da Frente Parlamentar em Defesa dos Povos Indígenas de suspender a tramitação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 215/2000, que transfere do Executivo para o Congresso Nacional a decisão sobre a demarcação de terras indígenas.

Preferência nas falências

Pecuaristas e produtores de aves e suínos, que entregam animais a frigoríficos para abate poderão ter privilégio especial no recebimento de seus créditos em caso de falência da empresa. A medida está no projeto de lei (PLS 226/2011) do senador Acir Gurgacz (PDT-RO), que foi aprovado em decisão terminativa, na última quarta-feira (25/09), pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) da Câmara Federal. O senador Gurgacz argumenta que os produtores de gado e demais animais de corte entregam sua produção para abate sob promessa de pagamento futuro. O problema é que muitas vezes, na data do vencimento, o frigorífico já está com suas atividades encerradas, “obrigando o credor a se inscrever em longo e incerto processo de falência”.

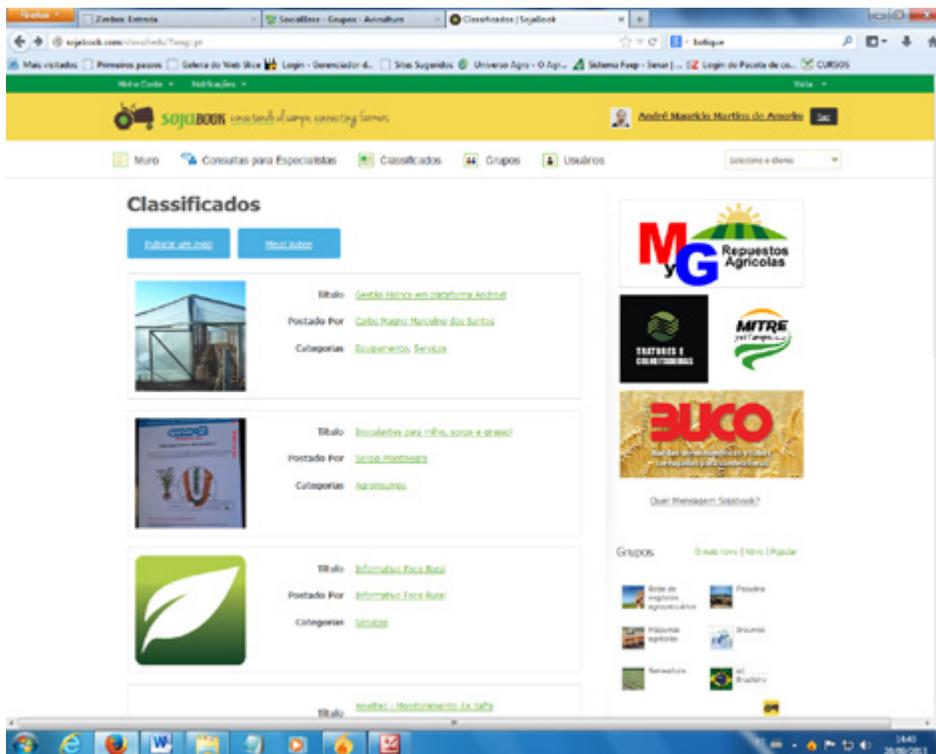


Ovinocultura

A Comissão Técnica de Caprinocultura e Ovinocultura do Sistema FAEP esteve reunida, no último dia 24, em Guarapuava. A organização da cadeia produtiva, o projeto da estação de melhoramento genético de ovinos da Cooperativa Castrolanda e o treinamento de produtores sobre custos de produção, fizeram parte da extensa pauta da comissão. Durante o encontro, a nova direção da Associação Paranaense de Criadores de Ovinos (Ovinopar) também apresentou um planejamento para expandir e fortalecer a ovinocultura no Paraná. No dia seguinte mais de 150 pessoas, entre produtores, técnicos, pesquisadores e acadêmicos, participaram da 2ª Ovinotec no anfiteatro do Sindicato Rural de Guarapuava. O encontro, promovido pela Cooperalliança, com o apoio do Sistema FAEP e outras instituições, discutiu novas tecnologias e técnicas de produção na ovinocultura.

Um Facebook rural

Redes sociais rurais ganham espaço no mundo virtual



Jonathan avisa sobre uma capacitação técnica do SENAR; Eduardo divulga sua consultoria especializada em café e uma empresa divulga equipamentos de telefonia rural. Não se trata de nenhum jornal de classificados, mas sim, de uma rede social na internet voltada exclusivamente para o agronegócio, o Sojabook.

Lançado em 2012 pelo argentino Mariano Torrubiano, a rede já conta com mais de 20 mil usuários, sendo 6 mil brasileiros e fatura, segundo matérias veiculadas na mídia, mais de R\$ 100 mil por mês.

O Sojabook é uma ferramenta semelhante ao Facebook, com a diferença que só trata de temas voltados ao agronegócio, com grupos de discussão como “Pecuária”, “Máquinas Agrícolas”, “Veterinária”, “Fãs de Milho”, entre outros. Além de trocar informações, também é possível consultar especialistas das mais diversas áreas da atividade agropecuária, como bovinocultura, avicultura, política tributária, etc., para os quais é possível encaminhar perguntas e participar de conversas. Outra possibilidade da rede é um campo destinado aos classificados, onde os usuários podem anunciar produtos, propriedades para venda, além de serviços de empresas e profissionais autônomos.

Para o presidente da Associação Brasileira de Marketing Rural e Agronegócio (ABMRA), Maurício Mendes, a aderência dos produtores rurais a este tipo de ferramenta de comunicação se explica pelo crescente uso de dispositivos digitais, principalmente pelas novas gerações de produtores e filhos de produtores rurais, que têm mais intimidade com novas tecnologias, como computadores, smartphones e tablets.

Identidade digital

Outro fator que ajuda a explicar o sucesso de redes como o Sojabook, na opinião de Mendes, é a constante valorização do público agro, através de campanhas publicitárias encampadas na mídia pela Agrosoja e pela Confederação

Nacional da Agricultura (CNA). “O usuário tem um sentimento de pertencimento, se sente parte de uma ‘tribo’ na qual ele tem um interesse particular”, avalia.

Apostando nessa novidade, a CNA e o Sebrae, lançaram nesse ano a sua própria rede social, o Time Agro Brasil, que funciona no mesmo estilo do Sojabook, com possibilidade de tirar dúvidas sobre questões relativas ao agronegócio, trocar informações, conhecer pessoas e participar de discussões on-line.

Para Leandro Oliveira, registrado há pouco tempo no Time Agro Brasil, a rede é um bom caminho para troca de informações. Com objetivo de iniciar uma atividade no ramo de confinamento bovino, ele espera encontrar nas comunidades virtuais dados úteis sobre o negócio.

Usuário a mais tempo desta ferramenta, o extensionista Luciano dos Santos acredita que a grande vantagem desse tipo de rede social é a possibilidade de trocar experiências sobre o uso de tecnologias agropecuárias. Outro ponto destacado por ele é a possibilidade de pessoas que têm vivências semelhantes se encontrem. “Redes como essa deveriam existir há muito mais tempo e serem muito mais frequentadas”, acredita.

ASTORGA



Geleias e doces

O Sindicato Rural de Astorga em conjunto com as integrantes do Núcleo Feminino da Cooperativa Integrada de Astorga realizaram nos dias 05 e 06 de setembro no Clube Japonês - Kai-kan, o curso de Produção Artesanal de Alimentos - conservação de frutas e hortaliças - geleias, doces de corte e doces pastosos. O curso teve a participação de 15 mulheres. A instrutora do grupo foi Fátima Bueno Bittencourt.

CIANORTE



Frutas e hortaliças

De 11 a 12 de setembro o Sindicato Rural de Cianorte realizou em parceria com a SENAR-PR e a Cocamar (Núcleo das Mulheres), o curso Produção Artesanal de Alimentos – Conservação de frutas e hortaliças – conservas molhos e temperos. A instrutora do grupo de 11 produtoras foi Sílvia Lucia Neves. O evento foi realizado na cozinha do sindicato.

CAMPINA DA LAGOA



Derivados de leite

O Sindicato Rural de Campina da Lagoa ofereceu o curso de Produção Artesanal de Alimentos - derivados de leite nos dias 04 e 05 de setembro. O curso contou com a presença de 15 produtoras rurais e Cleidimar Rocha de Oliveira foi a instrutora.

MARINGÁ



Cestaria e Trançados

O Sindicato Rural de Maringá em parceria com o SENAR-PR e a Sociedade Rural de Maringá realizou o curso Artesanato de Madeira - artesanato em bambu - básico em bambu. As aulas aconteceram nas instalações do Parque Internacional de Exposições Francisco Feio Ribeiro para um grupo de 12 produtoras rurais. E nos dias 18, 19 e 20 de setembro foi a vez do curso Cestaria e Trançados - artesanato em palha de milho – flores. Essa turma também contou com a participação de 12 participantes. A instrutora das duas turmas foi Marli de Freitas Malacrida.

MARIA HELENA



Empreendedor Rural

A Regional do SENAR-PR de Umuarama em parceria com o Sindicato Rural de Maria Helena, a Emater e a prefeitura concluiu uma turma do Programa Empreendedor Rural. O curso começou em março e tem carga horária de 160 horas. Participaram do curso 18 produtores e produtoras rurais. O instrutor do grupo foi Clovis Palozi.

SÃO JOSÉ DOS PINHAIS



Gestão Rural Avançado

O Sindicato Rural de São José dos Pinhais em parceria com a Associação Caminho do Vinho – Colônia Mergulhão (ACAVIM) promoveu nos meses de agosto e setembro o Curso de Trabalhador na Administração de Empresas Agrossilvopastoris - Gestão rural - Avançado em gestão. O instrutor do grupo de oito produtores e produtoras foi Carla Cristina Jaremtchuk.

CORNÉLIO PROCÓPIO



16ª Expocop

Produtoras rurais e esposas de produtores promoveram um café da tarde na 16ª Expocop – Exposição Agropecuária, Industrial e Comercial de Cornélio Procópio, em estand do Sindicato Rural de Cornélio Procópio. A grande maioria faz parte do projeto “Mulheres em Ação”, que busca valorizar o setor rural.

UBIRATÃ



Amazenista

O Sindicato Rural de Ubatã promoveu curso de Armazenista com carga horária de 40 horas. As aulas aconteceram nos dias 05, 06, 12, 13 e 14 de setembro. Participaram do curso 11 produtores rurais e filhos de agricultores e funcionários da Cooperativa Coagru. O instrutor do grupo foi Vanderley de Oliveira.

Manutenção

Um homem desesperado chama a recepção do hotel: Por favor, venha rápido, é urgente; eu estou tendo uma discussão com a minha mulher e ela diz que vai saltar pela janela.

Da recepção respondem:

Senhor, esta é uma questão pessoal.

E o marido diz:

Sim, mas a janela não abre, e isso é um problema de manutenção do hotel...

.....

Nome dos caças

O batismo dos aviões da Força Aérea Americana com 'F' é de fighter (F5,F16,F18 etc), porque esses caças eram usados para combate. Antigamente, os americanos também usavam o 'P', de pursuit, aeronaves de perseguição. No caso dos russos, as siglas MIG e SU se referem respectivamente a Mikoyan-Gurevich e Sukhoi Company, as fabricantes das aeronaves.



O maior felino

Jornais, revistas, TVs, internet, o diabo garantem que o maior felino do mundo é o cruzamento de um leão com uma tigresa. O nome do caboclo é Hércules e em um dia apenas devora quase 100 quilos de carne. É impressionante o tamanho do Hércules que pode chegar a 3 metros de comprimento, pesar mais de 600kg e correr a uma velocidade de 50Km/h. Dizem que o cara é manso. Como esta seção é séria e empenhada na busca da verdade, achamos que há controvérsias sobre a existência do bichão aí da foto.



Por que Tio Sam?

Você já ouviu muitas pessoas se referirem aos E.U.A como o país do Tio Sam. Ele realmente existiu e foi um homem chamado Samuel Wilson (1766–1854). Ficou conhecido por seus negócios com vendas de carne, armazenadas em barris com um selo com as iniciais U.S – sigla em inglês para Estados Unidos. Na guerra civil americana, os soldados começaram, então, a brincar e se referir aos barris como “Uncle Sam” – Tio Sam, em inglês – em referência a Samuel Wilson, um dos proprietários da empresa de carne.



Gesto solitário

Em 1936 uma multidão juntava-se em Hamburgo para assistir a um discurso de Hitler. Enquanto milhares de pessoas levantavam o braço direito para aclamar o líder nazista, um homem destacou-se por manter os braços cruzados, franzir os olhos e se recusar a fazer a saudação. Mas só em 1991 este homem foi identificado por uma das suas filhas como sendo August Landmesser, um trabalhador do estaleiro de Hamburgo, revelou o Washington Post. Ele foi expulso do partido nazista por ter casado com uma judia, irmã Eckler. Morreu em 1949.



A maior palavra em português é...

Pneumoultramicroscopicossilicovulcanoconiótico. São 46 letras, usadas para designar algo relacionado a uma doença pulmonar aguda causada pela aspiração de cinzas vulcânicas. A palavra é o adjetivo do substantivo pneumoultramicroscopicossilicovulcanoconiose, que tem duas letras a menos, com 44 caracteres.

Um parto de vôo

Se um bebê nasce dentro de um avião, qual é a cidade e a data que constará na certidão de nascimento? Ninguém vai ter um RG informando ter nascido em um "Airbus" ou no "Voo da Gol". Cabe ao comandante dizer o local que o avião sobrevoava na hora do parto. Essa será a cidade natal do bebê. Se não der para definir o lugar, a cidade em que a aeronave pousar será considerada o local de nascimento



Cola tudo

Por que a cola Super Bonder não cola dentro do recipiente, se ela cola tudo? Porque dentro do recipiente não há umidade, que é justamente o incentivo que o componente da Super Bonder precisa para sair "colando tudo". A base química do produto é o cianoacrilato, resina acrílica que seca instantaneamente.



Essa confia no aquecimento global

O grupo de geociência da Universidade Newcastle descobriu uma bactéria que está hibernando há 100 milhões de anos. O micro-organismo (que normalmente vive num calor de 50 °C) estava em uma ilha congelada na Noruega. E concluíram: a bactéria está há milhões de anos esperando o clima esquentar.

Veja aí se você se enquadra:

As profissões com maior índice de psicopatas

1. Ceo (do inglês Chief Executive Officer – Diretor Executivo)
2. Advogado
3. Apresentador de rádio e tv
4. Vendedor
5. Cirurgião
6. Jornalista
7. Policial
8. Pastor
9. Chefe de cozinha
10. Funcionário público

Profissões com menor % de psicopatas

1. Cuidador de idosos
2. Enfermeiro
3. Terapeuta
4. Artesão
5. Esteticista
6. Voluntário
7. Professor
8. Artista
9. Médico
10. Contador



QUE TAL VOCÊ
NA BOLEIA DE UMA

ROMISETA

Durma com um barulho desses. Atuam no Brasil hoje em dia 19 montadoras de automóveis: Audi, BMW, Chery, Citroën, Fiat, Ford, GM, Honda, Hyundai, JAC, Kia Motors, Land Rover, Mercedes-Benz, Mitsubishi, Peugeot, Renault, Suzuki, Toyota, Volkswagen. Só carrão pro tiozão e pro filhinho.

Veículos (automóveis, utilitários e caminhões) somam no país mais de 76 milhões de rodantes, dos quais 23 milhões em São Paulo, 8 milhões em Minas Gerais e 6 milhões no Paraná – em números redondos. Em matéria de mercado para veículos não estamos “maduros”. Assim é como as multinacionais definem o Brasil, porque somos “verdes” - em português claro: tem muita gente ainda em busca de seu carrinho.

As ruas e avenidas, como todo mundo sabe, não se multiplicam feito coelhos como a frota nacional. Uma solução pode ser uma volta ao passado para enfrentar o caos no trânsito.

Que tal a volta da Romiseta, guaribada na mecânica, lataria e acessórios?

O pessoal mais antigo, digamos, lembra desse simpático e engraçado carrinho. Ele tinha 2,27 metros de comprimento por 1,38 metros de largura. Na ponta do lápis, caberiam no trânsito engarrafado duas Romisetas onde cabe uma Hylux, ou três Romisetas onde cabem dois Gol.

A Romiseta surgiu em 1953 na Itália, um carro muito pequeno, de baixo custo, voltado para a realidade da economia do pós-guerra na Europa. A porta era frontal e a Romiseta tinha velocidade máxima de 80 km/h, com um consumo de até 25 km com um litro de gasolina. A novidade teve curta duração e a fabricação na Itália terminou em 1956.

Foi neste mesmo ano de 56 que a Romiseta chegou ao Brasil, fabricada pelas Indústrias Romi S.A, com sede em Santa Bárbara do Oeste, interior de São Paulo. A estratégia de publicidade falava no segundo carro para a família, ou para o estudante universitário. Algumas peças publicitárias foram criadas também para o público feminino. De 1956 até 1961 foram fabricadas cerca de três mil unidades no Brasil, muitas das quais ainda hoje permanecem nas mãos de colecionadores.



Endereço para devolução:

Federação da Agricultura do Estado do Paraná
Av. Marechal Deodoro, 450 - 14º andar
CEP 80010-010 - Curitiba - Paraná

EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS



- | | |
|---|--|
| <input type="checkbox"/> Mudou-se | <input type="checkbox"/> Falecido |
| <input type="checkbox"/> Desconhecido | <input type="checkbox"/> Ausente |
| <input type="checkbox"/> Recusado | <input type="checkbox"/> Não procurado |
| <input type="checkbox"/> Endereço insuficiente | |
| <input type="checkbox"/> Não existe o nº indicado | |
| <input type="checkbox"/> Informação dada pelo porteiro ou síndico | |

REINTEGRADO AO SERVIÇO POSTAL

Em ___/___/___
Em ___/___/___

Responsável _____

SISTEMA FAEP



A versão digital deste informativo está disponível no site:

sistemafaep.org.br